



FORUM

N.º 23

JAN-JUN 1998

UNIVERSIDADE DO MINHO



3	<i>Francisco Sande Lemos</i>	<i>Bracara Dives, capital da Callaecia</i>
17	<i>César Valença</i>	Considerações a partir dos copos da Real Fábrica de Vidros de Coína na colecção do Museu Nogueira da Silva
25	<i>Aida Maria Reis da Mata Maria João Dias Costa</i>	A Cerca do Mosteiro de S. Martinho de Tibães
51	<i>Peter Jarvis</i>	Globalização e o Mercado da Aprendizagem
67	<i>Maria do Rosário Girão Ribeiro dos Santos</i>	Homenagem a João Penha

DOCUMENTAÇÃO E VÁRIA

101	<i>Biblioteca Pública de Braga</i>	A revolta da "Maria da Fonte" Subsídios para uma bibliografia
117	<i>Manuela Martins Francisco Sande Lemos</i>	Projecto de Salvamento e Estudo de <i>Bracara Augusta</i> – 1998
145	<i>António Martinho Baptista</i>	A propósito de "Regressos", páginas ilustradas de António Jorge Barros

NOTÍCIAS

153	<i>Biblioteca Pública de Braga</i>	Notícias da Biblioteca Pública de Braga
161	<i>Museu Nogueira da Silva</i>	Notícias do Museu Nogueira da Silva

NOVOS COLABORADORES

167	<i>Peter Jarvis</i>
-----	---------------------

Bracara Dives, capital da *Callaecia* Francisco Sande Lemos

O título desta conferência – *Bracara Dives*, capital da *Callaecia* – é o ponto de abertura para as ideias que pretendemos apresentar ¹. A expressão *Bracara Dives* encontra-se num texto clássico do século IV d. C., texto redigido em forma poética por um letrado de *Burdigala* (Bordéus), de nome Ausónio, e que se intitula *Clare Urbis*, o que pode ser traduzido como “As cidades ilustres”. Quanto a Braga, o autor cita-a do seguinte modo: “*quaeque fini pelagi jactat Bracara Dives*”, o que pode ser lido, em versão livre, do seguinte modo: “junto às praias do mar *Bracara* orgulha-se da sua prosperidade (ou riqueza)”.

Robert Étienne (1966, 319-332) atribui a um exagero poético a referência a *Bracara* como cidade marítima. Todavia, se repararmos com atenção, a distância entre Braga e o litoral, tomada em linha recta, não chega a 25 quilómetros (21 Km) ², ou seja cerca de um dia de marcha normal a pé (vinte e cinco quilómetros = cinco horas). Por outro lado, a poucas dezenas de quilómetros da urbe de Augusto, ficam as desembocaduras dos rios Cávado (21 Km), Ave (26 Km) e Douro (39 Km), às quais a cidade estava ligada por via terrestre e tráfego fluvial. O Cávado é navegável até Areias de Vilar (a 11

Km de Braga). O Ave até às Caldas das Taipas (a 9 Km da cidade). Não sendo, de facto, um porto de mar a cidade bracarense dispunha de fáceis acessos às rotas marítimas atlânticas que, na época, eram percorridas por um tráfego intenso.

Por esses tempos, quando Ausónio compunha o seu poema, *Bracara Augusta* era circundada por uma poderosa linha de muralha, com torreões semicirculares, tal como a descreve Jerónimo Contador de Argote (nas primeiras décadas do século XVIII) e demonstraram os recentes trabalhos arqueológicos efectuados em diversos locais: no extremo norte da antiga Quinta do Fujacal (sob a responsabilidade de José Manuel Freitas Leite)³; no limite da Sé com a rua do Souto e na rua Paio Mendes (da responsabilidade de Luís Fontes)⁴; e junto à Avenida da Imaculada Conceição (Rodovia), onde a equipa do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga (dirigida por Armandino Cunha) localizou os alicerces de um poderoso torreão. Aliás, o traçado desta muralha recorta-se, com nitidez, nos fotogramas aéreos dos anos 40 e 50, resultantes dos voos da "Royal Air Force" (RAF) e da "United States Air Force" (USAF).

A muralha (do Baixo Império) teria um perímetro de 2 200 metros. Quanto à área da cidade, calcula-se que se estendia por cerca de 44 hectares, intramuros, embora estejam já identificados diversos conjuntos erguidos fora da muralha.

Estava, pois, entre as maiores cidades da *Hispania* (*Legio-Léon*: 19 hectares; *Emerita-Mérida*: 49 hectares; *Caesar Augusta-Saragossa*: 60 h) e era, sem dúvida, a maior cidade da fachada ocidental atlântica da Península, pois estima-se que *Lucus Augusti* ocupava 34 hectares, enquanto *Olisipo*, cujo perímetro da época romana ainda está mal definido, não alcançava tal superfície. *Scallabis*, sede de um vasto convento, que ia do Tejo ao Douro, era, ao que parece, uma cidade pequena, por certo menor do que *Olisipo*, a qual, no entanto, estava sob a sua dependência jurídica.

Conimbriga, sede de *civitas*, ocupava apenas 9 hectares, o que é normal considerando o seu estatuto secundário.

No tempo em que Ausônio evocava *Bracara Dives*, esta urbe já tinha sido designada capital da *Callaecia* pelo imperador Diocleciano (finais do século III, entre 284 e 288) (TRANOY 1981, 402-403), ou seja com uma vasta área sob a sua jurisdição, reunindo ao seu território inicial os conventos de *Lucus Augusti* e *Asturica Augusta*, bem como parte do de *Clunia*. As outras províncias da península eram a *Lusitania*, com sede em Mérida; a *Baetica*, com sede em Córdoba; a *Cartaginensis*, com sede em Cartagena; e, finalmente, a *Tarraconensis*, com capital em Tarragona, as duas últimas urbes situadas na costa mediterrânea da Península Ibérica.

Fundada *ex-novo* pelo imperador Augusto, após o termo das suas campanhas de pacificação do Noroeste, provavelmente cerca de 16/15 a.C. (LE ROUX 1994, 231), como alcançou *Bracara Augusta* o estatuto de grande cidade da Península, em poucos séculos?

As condições geográficas eram favoráveis: foi implantada no âmago de uma região fértil, abundante em água, com solos espessos, a igual distância do curso final dos dois rios que drenam uma vasta área do Noroeste, o Minho e o Douro, a meio caminho entre o litoral aberto ao tráfego marítimo e as montanhas interiores, com grandes potencialidades silvo-pastoris.

No *conventus* de *Bracara* situavam-se importantes frentes de exploração mineira. O ouro era extraído na Serra de Santa Justa (Valongo), a sul e na da Padrela (Vila Pouca de Aguiar) a leste (ambas jazidas primárias com elevados índices de minério, por tonelada). A norte, para além do ouro – explorado no leito dos rios, periodicamente desviados para o efeito, como revela o Monte Furado, no vale do rio Coura – o estanho era abundante, tal como na área do Barroso (a nordeste).

Por outro lado, se os recursos naturais eram numerosos a região não era menos populosa. De acordo com Plínio, que escreveu no século I, de *Bracara* dependiam 24 *populi* e 285 000 habitantes. Entre tais povos destacavam-se os *Bracari*, que viviam em grandes povoados como a Citânia de S. Julião; o Monte Redondo; Santa Marta da Falperra; o Castro das Eiras; o Monte das Caldas; o Castelo de Barbudo, para apenas citar os mais conhecidos.

O nome *Bracara Augusta* simboliza uma profunda aliança entre o Império Romano e as elites dos *Bracari*. A epigrafia votiva e funerária documenta a importância desses indígenas na magistratura e no sacerdócio, sabendo-se que pelo menos um dos *Bracari* (*Q. Pontius Severus*) alcançou o estatuto de *flamen* (sacerdote do culto imperial) em Tarragona, cidade que durante o Alto-Império foi a capital da *Hispania* (MARTINS E DELGADO 1989/1990, 21).

Todavia, a cidade não se limitou a uma aliança política-religiosa com Roma, mas abriu as suas portas a comerciantes, ou a personagens oriundas de outras partes da península, como *Celico Fronto*, provavelmente oriundo da Meseta, de *Arcobriga* (embora não seja possível identificar se trata de uma cidade da zona de *Bilbilis*, na Celtibéria, ou do sul da Lusitânia, ainda que a menção à divindade *Tongo* aponte para a segunda hipótese) (TRANOY 1981, 284-285). *Celico Fronto* mandou esculpir o conhecido santuário da Fonte do Ídolo.

A construção da nova urbe iniciou-se logo na época de Augusto. As obras atraíram numerosos trabalhadores, oriundos dos povoados adjacentes, como documenta a Arqueologia, através da recolha de inúmeros fragmentos de cerâmica micácea indígena, dita castreja, que aliás era produzida em *Bracara*. Também testemunham essa fase os moldes de sítula encontrados nos terrenos onde está o Museu D. Diogo de Sousa (MARTINS 1988, 23-33) e, mais recentemente, no logradouro do antigo Albergue Distrital (inéditos).

Sob o domínio dos imperadores que se sucederam a Augusto (a dinastia Júlio-Claudiana) o surto construtivo manteve-se e ter-se-á ampliado na dinastia seguinte, a dos Flávios, quando se operaram importantes remodelações, embora mantendo os eixos iniciais (SE/NW).

Obedecendo aos canones clássicos, com um traçado geométrico regular, provavelmente organizada em módulos habitacionais de 120 pés (*insula* das Carvalheiras e dados inéditos das escavações do ex-Albergue Distrital), *Bracara Augusta* ocupava, nas últimas décadas do século I d.C., uma extensa área e possuía grandes edifícios públicos já exumados como as Termas do Alto da Cividade e um possível mercado a Norte, junto ao actual Largo do Paço (GASPAR 1985, 51-125).

O crescimento da vida urbana, bem como o aprofundamento da romanização de todo o espaço do Noroeste (incluindo as montanhas interiores) exigiram mesmo a abertura de uma nova grande via estatal entre a costa e a Meseta, entre *Bracara Augusta* e *Asturica Augusta*. É a *Via Nova*, a Geira, com um traçado que parece ter sido desenhado a compasso, com hábeis soluções de engenharia, a fim de cruzar as montanhas e unir as depressões tectónicas intermédias, como o troço que do Vale do Cávado alcança a "Baixa-Limia", em apenas trinta e oito milhas romanas (BAPTISTA *et alii* 1995; LEMOS e BAPTISTA 1995/96, 113-134).

No século II, num período de tranquilidade (*Pax Romana*), a importância de *Bracara* aprofundou-se. A sepultura do Largo Carlos Amarante, de uma dama bracarense do século II, com um espólio que congrega vasos de cerâmica fina, frascos de vidro e adornos em ouro, um dos quais um rico alfinete do cabelo de marfim revestido a ouro, é, por si só, um evidente testemunho da prosperidade de *Bracara Augusta* (DELGADO 1984, 179-196).

Não se notam, aliás, nos registos arqueológicos, sinais da crise que sacudiu o Império Romano no século III.

A elevação de *Bracara* a sede do governo da *Callaecia* está bem documentada do ponto de vista arqueológico. Enquanto que, noutras cidades do Império, se regista uma retirada das residências urbanas para as *villae*, pelo contrário, as escavações de *Bracara Augusta* revelaram obras particulares de grande fôlego, designadamente a construção de edifícios com alicerces poderosos e dotados de características específicas. Referimos, entre outros exemplos, as ruínas residenciais descobertas nos terrenos a noroeste do Museu de D. Diogo de Sousa (MARTINS e DELGADO 1988, 79-93; e dados inéditos); os conjuntos de muros exumados nas escavações do logradouro do ex-Albergue (dados inéditos); os resultados dos trabalhos arqueológicos efectuados na rua do Anjo; no interior da Cerca do Seminário de Santiago; e na rua de Janes ⁵.

No século IV *Bracara* é uma dinâmica urbe, sede metropolitana, pólo difusor do cristianismo, com jurisdição religiosa sobre um vasto território.

O fim do Império Romano não quebra o poder urbano de Braga. Ao abrigo das suas fortes muralhas os Suevos instalam um reino e multiplicam expedições em direcção ao Sul, atacando cidades de grande e pequena dimensão como *Emerita* em 446 (MACIEL 1996, 277) ou *Conimbriga* em 468 (MACIEL 1996, 278). Esta última nunca recuperou do golpe desferido e foi parcialmente abandonada, o que aliás preservou para o futuro os seus belos monumentos.

A instabilidade provocada pelas acções dos Suevos, levou o poder romano remanescente a aliar-se aos Visigodos. Dá-se assim, em 455, o saque de Braga, descrito por Idácio, bispo de Chaves (TRANOY 1974).

Todavia, nada indica que a cidade sofreu profundamente com o ataque de Teodorico II, o chefe dos Visigodos. O reino suevo apenas termina em 585 (MACIEL 1996, 280).

A Arqueologia e a História demonstram que *Bracara* continuou a ser um importante centro urbano. As rotas comerciais não foram afectadas pelas perturbações político-militares. De facto, a Arqueologia documenta uma intensa importação de louça de mesa do Norte de África (a chamada Terra Sigillata Clara). Encontraram-se, mesmo, materiais oriundos do Médio Oriente (cerâmicas foceana e cipriota), datados dos séculos V e VI (DELGADO 1988, 35-49).

Nos arredores de Braga em Dume, no século VI, fundou S. Martinho uma basílica (FONTES 1990, 147-169) e um convento anexo, onde, no *scriptorium*, os monges copiavam os textos antigos. Em Braga realizaram-se em 561 e 572 dois concílios.

No século seguinte destaca-se o múnus episcopal de S. Frutuoso que mandou erguer nos arredores da urbe uma esplêndida capela sepulcral, inspirada nos modelos clássicos romanos de templos com capelas martiriais. (FONTES 1989).

Quando, a partir do século VIII os letrados maometanos, que acompanham os exércitos invasores, se referem à cidade descrevem-na como opulenta e destacam as suas linhas de muralha.

Nos séculos VIII e IX a fronteira entre os universos maometano e cristão oscilou entre o Douro e o Mondego. O bispo de Braga considerou prudente abrigar-se a Norte, sob a sombra protectora das muralhas de Lugo, ou mais longe ainda em Mondoñedo. Mas, não perde os seus títulos, nem as suas propriedades. O núcleo urbano de Braga manteve-se, o que está demonstrado, tanto documental como arqueologicamente. O chamado Paroquial Suévico (*Divisio Theodomiri*), bem como os textos incorporados no Censual do bispo D. Pedro e no *Liber Fidei* revelam que a organização eclesiástica também subsistiu, tal como a textura rural envolvente.

Tanto assim é que, no século XI, *Bracara* e Santiago de Compostela disputam arduamente a primazia religiosa e as relíquias dos Santos Mártires.

Mais tarde, no século XII, Braga surge intimamente ligada à formação do Condado Portucalense, do reino de Portugal e à sua expansão para sul (na conquista da cidade de Lisboa D. Afonso Henriques e D. João Peculiar, bispo bracarense, combatem lado a lado) (MATTOSO 1993, 75).

Os documentos escritos são escassos para revelar a história de uma cidade que exerceu uma função primordial na fachada atlântica ocidental da Península e no Noroeste Peninsular, ao longo de mais de doze séculos. Os existentes já foram objecto de interpretações cruzadas ou pouco mais podem esclarecer.

Pelo contrário os arquivos da terra, os vestígios materiais conservados no sub-solo, são mais extensos e numerosos. O seu estudo progressivo trará novas interpretações ou iluminará o teor dos documentos escritos já conhecidos.

Ao instituir o Salvamento de *Bracara Augusta* o I Governo Constitucional presidido por Mário Soares, inaugurou a Arqueologia Urbana em Portugal e salvou do aniquilamento certo a história de uma das grandes cidades da Península Ibérica.

A soma de 21 anos de intervenções sistemáticas da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, em colaboração com o Museu D. Diogo de Sousa

(revitalizado para o efeito em 1981) e, desde 1992, em articulação com o Gabinete de Arqueologia da Câmara, permitiu reunir uma massa informativa de grandes dimensões, um vasto património científico e museológico.

A história deste projecto de Arqueologia Urbana é irregular. Neste momento está em velocidade de cruzeiro. Mas em qualquer oceano existem baixios ou rochas, por vezes quase invisíveis. Por este motivo o timoneiro não deve adormecer ao leme, ou distrair-se o vigia na gávea.

Tal como em 1976, vamos tentar que em 1998 e 1999 sejam dados novos passos qualitativos:

- no reforço do trabalho de campo;
- na informatização dos dados;
- na catalogação dos materiais;
- no estudo do urbanismo;
- na análise dos edifícios;
- na divulgação mediática dos conhecimentos.

Não foi suficiente salvar o que restava da urbe. Agora, que já existe um consenso indiscutível sobre o valor do sub-solo da cidade, é urgente revelar a dimensão do projecto de *Bracara Augusta*, a nível nacional e europeu, bem como desenvolvê-lo nas suas múltiplas vertentes.

D. M A G N I
A U S O N I I
B U R D I G A L E N S I S
O P E R A.

INTERPRETATIONE ET NOTIS

ILLUSTRAVIT

JULIANUS FLORIDUS, CAN. CARNOT.

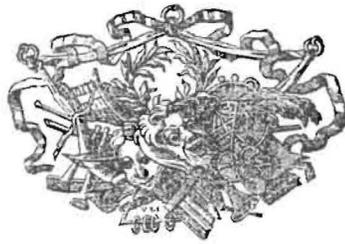
J U S S U

CHRISTIANISSIMI REGIS

I N U S U M

SERENISSIMI DELPHINI.

*Recensuit, supplevit, emendavit, Dissertationem de Vita & Scriptis Ausonici
suaeque Animadversiones adjunxit JOANNES-BAPTISTA SOUCHAY,
Regiae Inscript. & Human. Litter. Academiae Socius.*



PARISIIS,
Typis JACOBI GUERIN, ad Ripam Augustinianorum.

M. DCC. XXX.

CUM APPROBATIONE ET PRIVILEGIO REGIS.

dg^{no}

Notas

¹ Nota Prévia:

Não nasci, nem fui criado em Braga, pelo que não me move uma particular relação afectiva com a cidade. Também o estudo de *Bracara Augusta* não é a obra da minha vida. Outros trabalhos realizei, dos quais me orgulho. Assim, nestas páginas se destaco a importância de Braga, como cidade histórica, não é por razões pessoais ou por exagero e fantasia.

Mas, porque, suspeito que muitas das chaves para a compreensão da história milenar de uma parte da Península se encontram no estudo intensivo da arqueologia de Braga e do seu território restrito e amplo.

De facto, em 1977, fui contratado pela Universidade do Minho, com a finalidade de colaborar no Salvamento de *Bracara Augusta*. Nesse mesmo ano, alguém me preveniu, embora de forma indirecta que era uma tarefa ingrata. Mas, por carácter, tal como os detectives dos romances, sou persistente e teimo em desvendar os mistérios. Sem ser um adepto fervoroso das teorias conspirativas, não ignoro que muitos desejariam que esse caminho, o da descoberta de *Bracara Augusta*, não fosse aberto ou ficasse nebuloso. Outros, entre os quais a direcção científica do projecto, acreditam e lutam, diariamente, para que o conhecimento da cidade romana e medieval avance, mesmo que as resistências se avolumem.

Devo, aliás, acrescentar que o conhecimento divulgado nesta conferência não é o resultado de uma investigação solitária, mas o produto do trabalho de uma vasta equipa.

² Medidos sobre a carta 1:250 000 dos SCE (Serviços Cartográficos do Exército), assim como os restantes valores adiante indicados.

³ Arqueólogo da Universidade do Minho.

⁴ Arqueólogo da Universidade do Minho.

⁵ Conjunto de escavações inéditas, cujos resultados serão divulgados nos próximos dois anos, da responsabilidade da direcção científica do projecto *Bracara Augusta*.

Bibliografia

A bibliografia sobre *Bracara Augusta* é já muito numerosa. Listas pormenorizadas podem ser encontradas em:

MARTINS, Manuela (1997) – *Bracara Augusta: a memória de uma cidade*, *Cadernos de Arqueologia*, II, 8-9, Braga, pp. 177-195.

NUNES, Henrique Barreto (1996) – Para a História do Salvamento de *Bracara Augusta*, 3, *Bibliografia (1634-1996)*, *Mínia*, III, 4, Braga, pp. 147-165.

Para tais listas remetemos os leitores mais interessados.

Bibliografia citada no texto

- ARGOTE, Jerónimo Contador de (1728) – *De Antiquitatibus Conventus Bracaraugustani*, Lisboa.
- (1732-1734) – *Memórias para a História Eclesiástica do Arcebispado de Braga, Primaz das Hespanhas*, Lisboa.
- AUSÓNIO – *D. Magni Ausoni Burdigalensis Opera*, editada por Juliano Carnet em Paris, no ano de 1730.
- BAPTISTA, António Martinho; ENCARNAÇÃO, José d'; LEMOS, Francisco Sande (1995) – *A via romana XVIII (Via Nova) no Parque Nacional da Peneda-Gerês*, Braga.
- CARDOSO, J. (1982) – *Crónica de Idácio*. Versão e anotações de J. Cardoso, Universidade do Minho, Braga.
- DELGADO, Manuela (1984) – Sepultura romana encontrada junto ao Largo Carlos Amarante, *Lucerna*, 1984, de PINHO BRANDÃO, Porto, pp. 179-196.
- (1988) – Contribuição para o estudo das cerâmicas romanas tardias encontradas em Portugal, *Cadernos de Arqueologia*, II, Braga, 5, pp. 35-49.
- DELGADO, Manuela e MARTINS, Manuela (1988) – Intervenção Arqueológica na Zona P1 (Antigas Cavalariças do Regimento de Infantaria de Braga), *Cadernos de Arqueologia*, II, 5, pp. 79-93.
- ÉTIENNE, R. (1966) – Ausone et l'Espagne, *Mélanges d'Archéologie, d'Épigraphie e de d'Histoire offerts à Jérôme Corcopino*, Paris, pp. 319-332.
- FONTES, Luís F. O. – (1989) – *S. Frutuoso de Montélios*. Braga. 24 p.
- (1990) – Escavações arqueológicas na antiga igreja de Dume. Notícia preliminar da campanha de 1989, *Actas do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, 1, pp. 147-169.
- GASPAR, Alexandra (1985) – Escavações arqueológicas na rua da Nossa

Senhora do Leite, em Braga, *Cadernos de Arqueologia*, II, 2, Braga, pp. 51-125.

LEMOS, F. S. e BAPTISTA, A.M. (1995/96) – Estudo de um troço da via XVIII do Itinerário de Antonino na Serra do Gerês (A Geira Romana), *Cadernos de Arqueologia*, II, 12/13, Braga, pp. 113-134.

LE ROUX, Patrick (1994) – Bracara Augusta, ville latine, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 34 (3-4), Porto, pp. 229-240.

MACIEL, M. Justino (1996) – *Antiguidade Tardia e Paleocristianismo*, Lisboa.

MARTINS, Manuela (1988) – Moldes de sítula com decoração geométrica encontrados em Braga, *Cadernos de Arqueologia*, II, 5, Braga, pp. 23-33.

MARTINS, Manuela e DELGADO, Manuela (1989/1990) – História e Arqueologia de uma cidade em devir: *Bracara Augusta*, *Cadernos de Arqueologia*, II, 6-7, Braga, pp. 11-39.

MATTOSO, José (1993) – *História de Portugal*, II vol., ed. Círculo de Leitores, Lisboa.

TRANOY, Alain (1974) – Hydace, Chronique (ed. par Alain Tranoy), *Sources Chrétiennes*, n.ºs 218-219.

– (1981) – *La Galice Romaine*, Diffusion de Boccard, Paris.



Fig. 2 – Escavações no interior da cerca do Seminário de Santiago: rua lageada e pilar de pósito do Baixo Império.



Fig. 3 – Ânfora de garum encontrada na escavação de uma taberna do séc. IV que abria para o *decumanus* maior de *Bracara Augusta*.

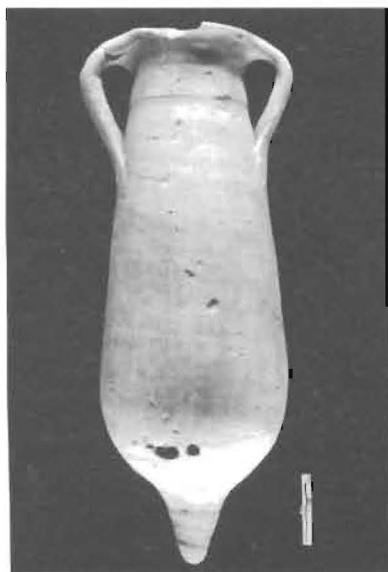


Fig. 4 – Ânfora do Baixo Império, recolhida nas escavações do ex-Albergue Distrital.



Fig. 5 – Placa de azeviche negro com a gravação do *crismon*, recolhida num nível habitacional do séc. V/VI em escavações na rua do Anjo.